

## **Liberar cigarros eletrônicos não torna esses produtos seguros à saúde**

Um dos principais argumentos da indústria do tabaco é que a liberação da comercialização dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs) no Brasil permitiria maior controle sobre os produtos, garantindo uma suposta qualidade e segurança para os consumidores sobre as substâncias presentes nos vapes. No entanto, qualidade é um atributo que não se aplica a produtos fumígenos. Como produtos fabricados pela indústria que causam dependência de nicotina e doenças graves poderiam ser considerados seguros à saúde, mesmo se permitidos?

Após a decisão da Anvisa de manter a proibição dos DEFs, a Philip Morris Brasil divulgou à imprensa nota afirmando que o país está em descompasso com o crescimento do mercado ilícito, acessível a milhões de brasileiros sem controle de qualidade ([Poder360, 2024a](#)). Da mesma forma, em entrevista recente, o CEO global da British American Tobacco (BAT), Tadeu Marroco, disse que a criação de regras evitaria produtos sem controle sanitário. Ele ainda afirmou que a BAT estabeleceu como meta até 2035 ter metade do seu faturamento em dispositivos eletrônicos para fumar ([Poder360, 2024b](#)). Tais argumentos das duas gigantes do tabaco apontam para um único objetivo: ampliar o mercado consumidor de novos produtos, com a preocupação de obter lucros em detrimento da saúde.

Apesar da adoção de cigarros eletrônicos como política pública para tratamento e cessação do tabagismo por alguns países, não há evidências científicas sem conflito de interesse de que os DEFs sejam produtos de risco reduzido ou que contribuam para a cessação do fumo. Pelo contrário, entidades nacionais e internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Surgeon General dos EUA e o Instituto Nacional de Câncer (INCA) do Ministério da Saúde não reconhecem os DEFs como tratamento para a cessação do tabagismo ([ACT, 2024](#)). O uso dos DEFs pode causar doenças respiratórias graves, além do aumento do risco para doença cardiovascular, acidente vascular cerebral, disfunção metabólica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (como enfisema) e doença bucal ([INCA, 2024](#)).

Os cigarros eletrônicos são uma forma moderna de introduzir o tabagismo globalmente. Os DEFs podem até parecer inofensivos, com embalagens coloridas e sabores diferentes, porém eles contêm substâncias tóxicas, metais pesados, flavorizantes e nicotina. ([ACT, 2024](#)) A composição e a concentração de nicotina e outras substâncias nos líquidos variam de acordo com o modelo e o fabricante. A quantidade de nicotina no organismo dos usuários de vape pode ser tão alta ou maior do que nos fumantes de cigarros tradicionais, como apontou uma pesquisa realizada pela Secretaria de Estado da Saúde de SP em parceria com o Instituto do Coração e o Laboratório de Toxicologia da FMUSP ([2024](#)), que estimou que os usuários de vape possuem até seis vezes mais nicotina no organismo. A quantidade elevada pode levar ao estabelecimento da dependência mais rapidamente. Já foi constatado também que o uso dos vapes pode resultar em uma doença pulmonar grave e aguda, denominada Evali, que pode levar a óbito.

Ainda é um desafio saber todas as substâncias contidas nos cigarros eletrônicos, mas estudos já apontam os riscos à saúde, que foram considerados na decisão da Anvisa de manter a proibição da comercialização, importação, armazenamento, transporte e propaganda dos DEFs ([ANVISA, 2024](#)). Uma pesquisa recente realizada pela [Universidade Federal de Santa Catarina \(UFSC\)](#) e pela [Polícia Científica](#) ([2024](#)) identificou em três marcas de vapes a presença da octodrina, substância semelhante à anfetamina, porém a presença da substância não é declarada nos rótulos. Foram identificadas também outras substâncias que são tóxicas, cancerígenas e que estimulam o vício: glicerol, propilenoglicol, formaldeído, acetaldeído, acroleína, acetona e nicotina.

Estudo realizado pela [Johns Hopkins \(2021\)](#) testou modelos de quatro marcas diferentes (Mi-Salt, Vuse, Juul e Blu) e foram encontradas milhares de substâncias desconhecidas no líquido, e o número de compostos crescia significativamente no aerossol. Os pesquisadores detectaram compostos semelhantes a hidrocarbonetos condensados. A equipe encontrou quase 2.000 produtos químicos, a

grande maioria não identificada. Dentre aqueles que a equipe conseguiu identificar, seis substâncias eram potencialmente prejudiciais, incluindo três substâncias químicas nunca encontradas em cigarros eletrônicos. Além da cafeína, os aparelhos continham um pesticida e dois aromatizantes relacionados a possíveis efeitos tóxicos e irritação respiratória.

Nos últimos anos, o [Laboratório de Química da PUC-Rio \(2024\)](#) também tem analisado os líquidos dos vapes. As pesquisas revelaram que as células de mamíferos e fungos reagiram com o líquido e o grupo dos mamíferos ocorreu estresse oxidativo. Além disso, outra preocupação dos pesquisadores é que, ao aquecer a parte eletrônica dos dispositivos, metais como o cromo, ferro, chumbo, zinco, alumínio e silício são liberados. Um estudo publicado na revista científica [Nature \(2024\)](#) indicou que há 505 produtos químicos perigosos nos vapes aromatizados com diferentes níveis de toxicidade, sendo 127 extremamente tóxicos e 153 perigosos à saúde quando aquecidos e inalados. O uso pode acarretar quadros graves de intoxicação, dependência e abstinência. Os pesquisadores da [UFSC](#) alertaram que o líquido e os flavorizantes, quando expostos a altas temperaturas, também podem produzir substâncias nocivas.

Apesar da indústria querer convencer os tomadores de decisão e a opinião pública de que o problema é a falta de controle sanitário sobre os produtos, na verdade o problema é o produto em si, que contém elementos comprovadamente prejudiciais à saúde, independentemente de serem legalizados ou não.

A indústria poderia ainda argumentar, e argumenta em audiências públicas e na imprensa, que o banimento da proibição, inclusive, faria com que menos jovens usassem DEFs, porém temos como exemplo as experiências internacionais - em que os países que liberaram vapes viram grandes aumentos de consumo entre jovens - e também a venda ilegal de cigarros convencionais aos menores de 18 anos. O que se constatou é que os jovens continuam conseguindo comprar cigarros, já que nove em cada dez adolescentes fumantes entre 13 a 17 anos que tentaram comprar nos locais autorizados tiveram sucesso, segundo estudo do [INCA \(2023\)](#). Por que então imaginar que com os cigarros eletrônicos será diferente?

O Brasil é líder mundial em controle do tabagismo, deve seguir implementando medidas preventivas e ampliar a conscientização sobre os riscos dos DEFs, a proibição tem conseguido frear as novas gerações dos perigos do uso de novos produtos do tabaco. Países onde há comercialização liberada, governos estão tendo que rever as regras devido ao aumento dos jovens utilizando os produtos. Novas evidências surgem a cada dia indicando a necessidade da prevenção.

\*\*\*\*\*